

TOMAR A PALAVRA: MULHERES, FEMINISMOS E FALA PÚBLICA

TAKING THE FLOOR: WOMEN, FEMINISMS, AND PUBLIC SPEECH

RESUMO

Nos últimos anos, em diversos países do mundo, assistimos à emergência de trabalhos que demonstraram a regularidade das práticas de silenciamento às quais estiveram – e ainda estão – submetidas as mulheres. São trabalhos que revelam o funcionamento histórico e sistemático de tais práticas, além de seus modos de atuação e da danosa naturalização de seus efeitos. Nesse cenário, o ensaio bibliográfico que apresentamos dedica-se a uma apresentação crítica do modo como os movimentos feministas problematizaram a fala das mulheres e, principalmente, agenciaram lugares de resistência às interdições que lhe foram impostas. Trata-se de um percurso que tem início no século XIX e que desagua em nossos dias, contemplando, conforme o pretendemos demonstrar, pelo menos três distintas reivindicações: primeiramente, a reivindicação do pleno exercício oratório das mulheres; na sequência, a reivindicação da oferta de um regime de escuta a tal exercício; e, por fim, a reivindicação da legitimidade daquilo que dizem as mulheres. Para tanto, o ensaio lança mão de uma vasta bibliografia feminista.

Palavras-chave: Mulheres. Feminismos. Fala pública. Resistência.

ABSTRACT

In recent years, in various countries around the world, we have witnessed the emergence of studies that have demonstrated the regularity of silencing practices to which women have been—and still are—subjected. These works reveal the historical and systematic functioning of such practices, as well as their modes of operation and the harmful naturalization of their effects. In this context, the bibliographic essay we present is dedicated to a critical examination of how feminist movements have problematized women's speech and, above all, fostered spaces of resistance against the restrictions imposed on it. This journey begins in the 19th century and extends to the present day, encompassing, as we aim to demonstrate, at least three distinct demands: first, the demand for women's full oratory exercise; subsequently, the demand for the

Amanda Braga

Professora do Departamento de Língua Portuguesa e Linguística e do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal da Paraíba. Doutora pela mesma instituição e pós-doutora pela Universidade Federal de São Carlos. É coordenadora do Observatório do Discurso (UFPB) e vice coordenadora do Grupo Interinstitucional de Estudos de Discursos e Resistências – GEDIR (UFPB/ UFU/ UFS/ UFSCar), além de integrante do Laboratório de Estudos do Discurso (UFSCar). A partir dos Estudos Discursivos Foucaultianos, desenvolve pesquisa sobre a fala pública das mulheres, considerando a longa duração histórica das práticas que objetivam seu silenciamento, bem como seus lugares de resistência. É autora de diversos artigos científicos e capítulos de livros, bem como do livro *História da beleza negra no Brasil: discursos, corpos e práticas* (EdUFSCar, 2015), além de organizadora do livro *Por uma microfísica das resistências: Michel Foucault e as lutas antiautoritárias na contemporaneidade* (Pontes, 2020). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6026-5017>. E-mail: braga.ufpb@hotmail.com; amanda.braga@academico.ufpb.br

establishment of a listening framework for such exercise; and finally, the demand for the legitimacy of what women say. To this end, the essay draws upon an extensive feminist bibliography.

Keywords: Women. Feminisms. Public speech. Resistance.

Introdução

A cultura ocidental trabalhou, histórica e incansavelmente, em prol da construção, da consolidação e da difusão de conceitos, representações e comportamentos (individuais, coletivos e institucionais) que objetivaram o silenciamento das mulheres: é esta a ideia que se depreende de alguns trabalhos recentemente publicados em diversas partes do mundo. São exemplos disso os trabalhos de Rebecca Solnit (2017a; 2017b) no contexto norte-americano, de Mary Beard (2018) no contexto inglês e de Marlène Coulomb-Gully (2022) no contexto francês. Ora focando especificamente no cenário público e político, ora contemplando o cenário privado; ora destacando relatos contemporâneos, ora considerando aqueles recuperados em uma história de longo alcance, as autoras, atentas às especificidades de seus países, revelam não apenas o funcionamento sistemático e a danosa naturalização das práticas que buscam a interdição da fala das mulheres, mas também a força com que tais interdições atravessam o tempo e desaguam em nossos dias.

No contexto brasileiro, por seu turno, e no interior dos estudos do discurso (Foucault, 2001; 2010), nós demonstramos ser possível uma investigação desse silenciamento por meio da análise de uma série enunciativa que materializa, da Antiguidade aos dias atuais, um conjunto de ideias a propósito do desempenho oratório das mulheres. Analisamos uma série composta por enunciados provenientes de diferentes campos do saber e formulados em gêneros discursivos diversos, revelando o modo como havia, já entre os antigos e depois para além deles, a materialização de pelo menos três unidades discursivas que visam a interdição, a detração ou a deslegitimação a fala feminina¹. São elas: i) aquela que delata a incompetência das mulheres à fala pública; ii) aquela que sugere a inadequação da voz feminina ao exercício oratório; iii) e aquela que pressupõe a vulgaridade daquilo que enunciam as mulheres. Tratou-se de uma análise que nos deu ensejo para demonstrar a emergência, a constituição e o pleno funcionamento do que chamamos de um dispositivo de silenciamento das mulheres², cuja atuação, na longa duração histórica, mas também na contemporaneidade, trabalhou e trabalha na manutenção de uma desigual distribuição, entre homens e mulheres, das possibilidades, dos efetivos exercícios e da autoridade dos turnos de fala (Braga; Piovezani, 2023; 2022; 2020).

¹ Neste ensaio, a expressão “fala feminina” é tomada como sinônimo de “fala das mulheres”, sem que haja nela, portanto, qualquer tentativa de essencialização da problemática.

² O conceito de dispositivo é pensado junto a Michel Foucault (1979).

Mas nós demonstramos, do mesmo modo, que essa série enunciativa contempla resistências ao funcionamento deste dispositivo. Apenas pontualmente e a título de exemplo, poderíamos aqui citar a reivindicação de Antígona na Antiguidade, que desafiará o rei mediante sua fala (Sófocles, 2014); poderíamos citar as beguinhas medievais, que farão frente à profunda misoginia do poder clerical e reclamarão a legitimidade da palavra religiosa das mulheres (Régner-Bohler, 1990); poderíamos citar, ainda, aquilo que diria Olympe de Gouges na modernidade, pouco depois da queda da Bastilha: “A mulher tem o direito de ser condenada ao cadafalso, ela deve ter igualmente o direito de subir à Tribuna” (Gouges, 2021, p. 26). São enunciados que desnudam toda uma histórica luta travada em torno da fala feminina: uma luta em que há, por um lado, o pleno funcionamento de um dispositivo de silenciamento das mulheres e, por outro, os enfrentamentos que taticamente emergiram e resistiram a este silenciamento, a despeito da parca legitimidade que lhes foi atribuída e da violenta repressão de que foram alvo. Isto porque se trata de uma luta desigual: os preconceitos e discriminações contra as mulheres, suas falas e suas atuações no espaço público foram historicamente muito mais consistentes do que os discursos e práticas que se lhe opuseram (Braga; Piovezani, 2023; 2022; 2020).

É nesse ínterim que este ensaio bibliográfico se apresenta no intuito de apresentar criticamente o modo como os feminismos, especificamente, problematizaram a fala das mulheres e agenciaram lugares de resistência às interdições que lhes foram impostas. Trata-se de um percurso, conforme o pretendemos demonstrar, que contempla três reivindicações: primeiramente, a reivindicação do pleno exercício oratório das mulheres; na sequência, a reivindicação da oferta de um regime de escuta a tal exercício; e, por fim, a reivindicação da legitimidade daquilo que dizem as mulheres. Não se trata, portanto, de contar a história – tantas vezes contada – dos movimentos feministas, mas de reconhecer aquilo que, em seu interior, foi pautado acerca da fala pública, precisamente. Para tanto, o ensaio apresenta três seções, além das considerações finais. Cada seção é dedicada a um recorte histórico.

Emergências e reivindicações no século XIX: “o feminismo é tomada de palavra”

São as problemáticas e reivindicações do século XIX que nos legam o feminismo como movimento organizado. Isto significa que sua emergência, em meados dos oitocentos, não é um acontecimento isolado, mas decorrência daquilo que se processava pelo menos desde os primeiros raios da contemporaneidade. Àquela altura, principalmente com o declínio dos salões das Luzes, cuja politização havia acabado com a conversação³, as mulheres estavam excluídas do debate público: a política, em

³ A chamada “conversação” diz respeito às discussões que se davam nos salões do século XVII: ali, elaborava-se a crítica da monarquia e se fazia circular as informações a seu respeito. Naquele cenário, as mulheres ocupavam um lugar importante e ativo, na medida em que participavam da discussão na condição de donas de casa informadas e interlocutoras atentas (Perrot, 2005).

sua pretensa seriedade viril, deveria permanecer a salvo da suposta banalidade dos salões, povoados de mulheres a comentá-la. Disjunção, portanto, entre conversação e arte retórica ou, mais especialmente, entre a presumida vulgaridade da fala feminina e a palavra pública dos homens: “A arte oratória, levada ao auge pela Revolução, é a desforra ostentatória da virtude viril e da eloquência masculina sobre a efeminação da conversa de salão” (Perrot, 1998, p. 64-65). Até mesmo a ideia de “natureza feminina”, perene naquele contexto e contra a qual Simone de Beauvoir (1970) argumentaria em meados do século, serviria ao silenciamento das mulheres: é consistente o pressuposto de que elas estariam naturalmente condenadas ao silêncio e à obscuridade, o que seria ainda agravado pela sobriedade exigida pelos campos público e político.

Mas mesmo a fala ordinária, aquela espalhada no cotidiano das cidades, permaneceria sob suspeita: circulava regularmente o rumor do excesso e da maleficência da palavra feminina. O que fazer diante desse primitivo medo evidenciado pelo homem oitocentista? A esta pergunta, responde Michelle Perrot (2005, p. 268): “impor silêncio às mulheres”. Era a imposição do silêncio que poderia resguardar o poder masculino da força velada, maliciosa e barulhenta das mulheres. Por um lado, este temor suscitava nos homens o desejo de enclausurá-las e de encerrar seu verbo; por outro, ele também despertava o interesse por aquilo que supostamente se tramava entre elas. O temor da palavra feminina despertava nos homens a inquietação diante do ruído incessante advindo das ruas, dos lavadouros, dos mercados, dos pátios. Inquietava-os a liberdade oratória adquirida e exercida pelas mulheres em tais espaços, o que faria abundar os relatos a maldizê-la. É assim que o imaginário do século XIX exclui as mulheres dos lugares de poder onde a fala pública é produzida e legítima a compreensão de que os homens seriam seus porta-vozes naturais, de modo a poderem falar em seu nome.

A tal exclusão, responderia, em meados do século, o **movimento feminista**, fruto de todo espírito de uma época, da convivência conflitiva entre os gêneros e das tantas reivindicações femininas que daí decorriam e que atravessavam o debate social. “O feminismo, desde a origem, é tomada de palavra e vontade de representação das mulheres”, dirá Perrot (2005, p. 323). Sua afirmação não poderia ser mais precisa: desde sua emergência como movimento organizado, com a Convenção pelos direitos das mulheres, em 1848, o feminismo pauta o pleno exercício da fala pública feminina, advoga sua produção e sua representatividade em lugares de poder. É o debate feminista que, já naquele momento e concomitantemente a reivindicações como o trabalho remunerado, o direito ao voto e as críticas às leis matrimoniais, pauta a exclusão das mulheres dos congressos e das reuniões políticas. É o debate feminista que faz frente à rejeição feminina nos sindicatos e viabiliza a organização de assembleias de mulheres em diversas partes do mundo. Não por acaso, as militantes têm a iniciativa de criar grupos destinados unicamente ao treinamento oratório: “As mulheres não ousam tomar a palavra nas reuniões. Se nós nos reunirmos entre nós, aprenderemos rapidamente a nos expressar. Proponho a formação de um *verein* do qual os homens estão excluídos”, conta Vera Figner, feminista russa, em suas memórias (Perrot, 2005, p. 323-324).

É o feminismo, portanto, já no século XIX, que fomenta uma reivindicação inédita da palavra das mulheres e cria um dado espaço para sua expressão. Um espaço que, embora não garanta sua inserção instantânea no cenário público e nos lugares de poder, haja vista a ampla dimensão de seu banimento, visibiliza e problematiza sua exclusão, o que se constituía um passo fundamental para enfrentar o silenciamento que lhes havia sido imposto. Nesse cenário, as feministas ligadas ao socialismo e ao anarquismo, relacionando questões de gênero e de classe, demonstrariam cansaço diante de uma fala pública eternamente encoberta pela fala dos companheiros de movimento. Prova disso é que, àquela altura, grupos de mulheres sansimonistas, especificamente, são também criados e, a partir de uma expressão coletiva, modelos organizacionais mais igualitários são propostos. Em virtude dessa atuação incisiva, em meados do século, uma de suas principais representantes seria presa por conspiração política. Diante do juiz, Jeanne Derooin afirmaria não reconhecer a Lei com base na qual é julgada, posto tratar-se de uma norma feita exclusivamente por homens, e reivindicaria, ainda, que as mulheres tivessem “voz própria”, a despeito da “representação” que lhes ofertavam a classe masculina (Patu; Schrupp, 2019).

Mas uma ressalva precisa ser feita desde já: a reivindicação de uma voz propriamente feminina, abundante em muitos dos relatos desta primeira emergência feminista organizada, não se estendia a todas as mulheres, indistintamente. As mulheres negras, em particular, permaneciam em um duplo silenciamento: aquele operado pelo recente feminismo, burguês e expressamente racista, e aquele operado pelo movimento dos homens negros que lutavam também pelo sufrágio, mas cuja ordem patriarcal não cedia espaço à fala das mulheres. Nesse cenário, a maioria das mulheres negras optou por uma aliança racial. Aquelas, no entanto, que enveredaram pelo movimento feminista e tentaram falar em público, foram duramente censuradas.

Basta que citeamos aquilo que ocorrera a Sojourner Truth durante a segunda Convenção Anual pelos Direitos das Mulheres, em 1852. Ali, havia acabado de se pronunciar um homem branco, atacando a ideia de igualdade para as mulheres, sob os argumentos de que elas eram naturalmente fracas e incapazes de executar o trabalho que lhes era designado. Na sequência, Sojourner ocupa o lugar da tribuna e lhe responde com aquele que seria um pronunciamento histórico: “E eu não sou uma mulher?”, questionava a abolicionista ao relatar seus longos e pesados dias de trabalho. A pergunta de Sojourner é uma resposta a seu antecessor, de modo a afirmar, diante dele, a vida, a força e o trabalho das mulheres negras. Mas ela é também uma resposta às próprias feministas, de modo a questionar-lhes a exclusão a que estavam expostas as mulheres negras do movimento, pautado na universalização da categoria “mulher” e, portanto, limitado às demandas das mulheres brancas e burguesas. A pergunta de Sojourner é o eco do olhar lançado pelo século XIX sobre a mulher negra, reconhecida como bem material ou animal, mas não como pessoa e tampouco como mulher. Não é por acaso que sua fala, naquele ano de 1852, tenha sido interrompida pelos gritos das próprias feministas: “Não a deixem falar! Não a deixem falar! Não a deixem falar!” (hooks, 2020, p. 252). Era a despeito do feminismo, portanto, e a apesar dele, que Sojourner afirmava as vozes negras femininas, silenciadas também pelo movimento.

Conflitos diferentes teriam as feministas brancas ligadas ao socialismo e ao anarquismo: estas, apesar da estrutura misógina que enfrentaram, teriam o feminismo a seu favor. Adélaïd Popp, por exemplo, no cenário austríaco, conta sua dificuldade, mas também seu sucesso em ingressar e participar das reuniões do partido socialista, tendo sido a primeira mulher a fazê-lo: “Eu não ousava proferir uma palavra, não tinha nem mesmo a coragem de aplaudir” (Perrot, 2005, p. 325). Apesar disso, conforme o haviam feito outras feministas, Popp se prepara para falar: em casa, faz pronunciamentos do alto de uma cadeira; no ateliê, lê os jornais socialistas em voz alta e se alegra com a reação dos colegas, que se surpreendem com sua oratória. Nas reuniões do partido, ao falar pela primeira vez, numa intervenção sobre o trabalho das mulheres, é aplaudida, embora desperte desconfiança. Sua facilidade com a palavra pública faria os operários questionarem sua identidade: “Os mineiros de Styrie a vêem como uma arquiduquesa; os tecelões dizem que ela é provavelmente um homem fantasiado de mulher: ‘Pois somente os homens sabem falar assim’” (Perrot, 2005, p. 326).

Emma Goldman, jovem russa radicada nos Estados Unidos, terá dificuldades distintas. Junto ao movimento anarquista, será incentivada à fala pública por seu amigo Johann Most. É ele, com os argumentos de que ela tinha o talento necessário e de que ele mesmo a instruiria, que a encoraja para as primeiras reuniões. Apesar da avaliação negativa feita por Goldman de sua própria fala – “Minhas falas costumavam me parecer incoerentes, repetitivas, desanimadas” (Goldman, 2015, p. 33) –, sua histórica atuação junto ao movimento anarquista e aos operários não deixariam dúvidas de seu poder oratório e do fascínio que despertava naqueles que a ouviam. Seu problema, entretanto, viria do próprio Most, cuja orientação acabava por lhe roubar a autonomia: “Percebi que eu estava cometendo um crime contra mim mesma e contra os trabalhadores ao servir como um papagaio que repetia as visões de Most” (Goldman, 2015, p. 42). Certa de que a relação com o companheiro de causa representava a perpetuação de seu silêncio e ciente da necessidade de um pensamento autônomo na organização de suas palestras, Goldman romperá com Most, mas correrá as reuniões, conferências e comícios que a solicitavam. Mais tarde, em Nova York, num grande encontro com operários desempregados na Union Square, Goldman marchará à frente das mulheres com uma bandeira vermelha e subirá à tribuna. Será aclamada! Na manhã seguinte, os jornais disparam: “*Red Emma* tem grande poder de convencimento; sua língua vitriólica era exatamente o que a multidão ignorante precisava para destruir Nova York” (Goldman, 2015, p. 91).

Ressurgimento e transformações em meados do século XX: reivindicar um regime de escuta

Passadas algumas décadas desde a emergência do feminismo, o movimento ressurgiria no contexto das revoltas estudantis no fim dos anos 60 do século XX. Embalado por slogans como *Nossos corpos nos pertencem* e *O pessoal é político*, o

feminismo questionaria agora os papéis sociais desempenhados por homens e mulheres: reivindicava a autonomia das mulheres sobre o próprio corpo, a reorganização do trabalho doméstico e familiar, além de um olhar atento e vigilante para os casos de violência doméstica e sexual. Ali, uma vez mais, as feministas criam grupos de diálogo e conscientização política nos quais trocam experiências e refletem conjuntamente sobre as formas de opressão às quais estavam submetidas. A prática foi adotada em diversos países e consolidava uma ideia basilar, cuja premissa já havia sido sugerida anteriormente: aquela segundo a qual a escuta atribuída à fala das mulheres é tão fundamental quanto sua produção.

Para ilustrar o que dizemos, basta que citeamos aquilo que ficou conhecido como “golpe do tomate” ou “arremesso do tomate” e que inauguraria o ressurgimento, em meados do século XX, do feminismo alemão. Em setembro de 1968, a cineasta Helke Sander, fundadora do Conselho de Ação para a Libertação da Mulher, era a única mulher com permissão para falar na conferência da União Estudantil Socialista Alemã (SDS). O tema da intervenção eram os tradicionais papéis de gênero e Sander denunciava ali a estrutura patriarcal em torno da qual se organizava a SDS, destacando seu pouco interesse em discutir as demandas das mulheres concomitantemente às demandas de classe. Finalizada sua fala, entretanto, os dirigentes estão dispostos a passar a outro tópico: silêncio sobre a exposição de Sander, certo incômodo, indisposição, proposta de novo tema ao debate. É nesse momento que, da plateia, Sigrid Rüger, militante feminista, arremessaria nos dirigentes da SDS os tomates que trazia consigo, na tentativa de obrigá-los a ouvir e considerar aquilo que acabava de ser dito. Rüger é apoiada pelas demais mulheres presentes e o ato ganha enorme repercussão midiática, contribuindo, inclusive, para a derrocada da União Estudantil Socialista Alemã no ano seguinte (Patu; Schrupp, 2019).

Mas a importância desse episódio para feminismo daquele momento não se deve à resistência das mulheres diante de mais uma tentativa de silenciamento tão somente. Sua importância se deve também à visibilidade que ele oferta à necessidade de reivindicar um regime de escuta para a fala pública feminina. Isto porque o que aconteceu com Sander, em 1968, não foi uma tentativa de interdição de sua voz, mas uma tentativa de silenciar algo que havia sido efetiva e publicamente dito. Assim, se as mulheres do século XIX pautaram sua exclusão dos lugares de poder e de suas respectivas tribunas, fazendo sobressair de sua discussão a garantia ao exercício de fala pública das mulheres, ou pelo menos das mulheres brancas, aquelas do século XX ressaltarão, por seu turno, a importância de que a esta fala seja concedido um regime qualificado de escuta.

É esta reivindicação que se expressa nas discussões que seriam propostas relativamente à necessidade de distinguir, nomear e criminalizar as práticas de violência exercidas contra as mulheres. Reconhecendo a violência como um meio de silenciamento, de negação da voz, de cerceamento da autonomia e de interceptação da própria humanidade das vítimas, o feminismo dos anos 70 postulava o diagnóstico de tais práticas, bem como a recepção e a legitimidade da fala das mulheres como um primeiro passo para a cura e para a sobrevivência. Não por acaso, os grupos de diálogo

e conscientização eram parte essencial do movimento (a própria ideia de sororidade seria cunhada naquele período): ali, compartilhando suas experiências – desde o trabalho doméstico até os casos de estupro e assédio –, as mulheres concluíam não apenas que o problema era estrutural, mas também que o pessoal era, enfim, político. “Citavam com frequência os versos da poeta Muriel Rukeyser: ‘O que aconteceria se apenas uma mulher contasse a verdade sobre a sua vida? O mundo cindiria’” (Solnit, 2017a, p. 73).

O feminismo daquele momento era, portanto, a feliz e apavorante busca pela identificação dos fenômenos que se processavam na vida privada das mulheres. E essa identificação trazia duas exigências: primeiramente, uma nova linguagem. Inúmeros termos – entre os quais “assédio sexual” e “violência doméstica” – foram ali elaborados, o que visibilizava todo um mapeamento das práticas de violência sofridas pelas mulheres. Um mapeamento que não apenas revelava os modos de atuação e o funcionamento regular de tais fenômenos, como também possibilitava, por isto mesmo, seu enfrentamento. Mas para formular e distinguir cada um desses fenômenos, havia ainda uma segunda exigência: a imprescindibilidade da produção e da legitimidade da palavra feminina, de modo que um regime qualificado de escuta das vítimas tornava-se vital. Tratava-se de reivindicar um regime capaz não apenas de ouvir, mas também de validar aquilo que diziam as mulheres, de suspender a ideia tão arraigada segundo a qual a fala feminina não é confiável, já que intrinsecamente exagerada, confusa, leviana e mentirosa.

É assim que decorre das atividades desenvolvidas naquele momento a ideia de que a confiança na palavra das mulheres é um instrumento básico à sua humanidade: humanidade da qual se é destituída quando se é privada de voz. Nesse ensejo, as feministas criaram números de emergência e casas de acolhimento para as vítimas de violência doméstica: pedir ajuda, falar e compartilhar aquilo que lhe ocorria, além de ser devidamente compreendida em sua denúncia, fazia parte de um processo de emancipação, em cujo cerne residia a liberdade de contar a própria história e de ver sua história ocupar um lugar social. E é reivindicando essa liberdade que o movimento feminista dos anos 70 reconhecia ao mesmo tempo em que desafiava um padrão de violência há muito estruturado: aquele que se dava contra a voz das mulheres, contra seus relatos pessoais e, conseqüentemente, contra seu direito de participar, de concordar e de divergir, de descrever e de interpretar, de experimentar e de viver. Apenas com esse enfrentamento, dirá Rebecca Solnit (2017b), as mulheres conquistavam efetivamente o *status* de seres humanos: sua voz, afinal, as humanizava, ou pelo menos a uma parte delas.

Naquilo que concernia às mulheres negras, o conflito racial ainda se colocava como impedimento de sua efetiva e igualitária inserção no movimento feminista. A comunicação intitulada *A transformação do silêncio em linguagem e ação*, proferida por Audre Lorde em 1977, por exemplo, faz coro às reivindicações feministas daquele momento em torno da necessidade de uma nova linguagem: “Quais são as palavras que você ainda não tem? O que você precisa dizer? [...] Cada uma de nós está aqui hoje porque, de uma forma ou de outra, compartilhamos um compromisso com a

linguagem, com o poder da linguagem”. Apesar disso, a comunicação de Lorde é também a expressão da diferença: “Mesmo dentro do movimento social das mulheres, nós tivemos que lutar, e ainda lutamos, por essa visibilidade, que é também o que nos torna mais vulneráveis – a nossa negritude”. Mas a comunicação de Lorde é, sobretudo, o reconhecimento do silêncio partilhado, além do desejo de emancipação conjunta: “O fato de estarmos aqui e de eu falar essas palavras é uma tentativa de quebrar o silêncio e de atenuar algumas das diferenças entre nós, pois não são elas que nos imobilizam, mas sim o silêncio. E há muitos silêncios a serem quebrados” (Lorde, 2019, p. 49-54).

A necessidade de que, entre mulheres negras e mulheres brancas, se buscasse “atenuar as diferenças”, a despeito do denominador comum do silenciamento, é, por si só, sintoma das desigualdades que ainda se processavam no interior do movimento feminista, no qual a atuação das mulheres negras não se fazia impunemente. A experiência de bell hooks bem o dirá. Em seu primeiro livro, contemporâneo da comunicação de Lorde, hooks narra seu encontro e sua dificuldade com o debate feminista, que não reconhecia sua experiência como mulher negra e tampouco lhe atribuía voz: “Minha voz, assim como a de mulheres como eu, não era ouvida. [...] Enquanto não consegui fazer minha voz ser ouvida, não consegui pertencer verdadeiramente ao movimento” (hooks, 2020, p. 10). Nas aulas e nos grupos de conscientização, centrais naquele momento, estava em pauta a produção da identidade feminina e dos papéis sociais atribuídos às mulheres a partir do sexismo, mas nenhuma atenção era concedida à produção dessa mesma identidade e desses mesmos papéis a partir do racismo: “[...] quando eu chamava atenção para as diferenças que raça e racismo criaram na nossa vida, com frequência eu era tratada com desprezo por companheiras brancas que queriam se conectar por meio de noções compartilhadas de sororidade” (hooks, 2020, p. 11). Nos termos em que se expressava hooks, a sororidade funcionava mais como silenciamento e menos como irmandade, na medida em que apenas interditava, não acolhia. Apenas com o feminismo que se formularia nos anos 90, as mulheres negras conquistariam visibilidade, lugar e voz junto ao movimento, ou ao menos o reconhecimento de que tudo isto lhes era devido.

Diversidade e articulações nos anos 90 do século XX: reivindicar a credibilidade

O feminismo que irrompe nos anos 90 do século XX reivindicará mais do que a igualdade entre os sexos. Entra em pauta agora a diversidade das identidades femininas: a ideia de interseccionalidade (Collins; Bilge, 2021) ganha força em detrimento de um pensamento hegemônico e o feminismo negro conquista enorme projeção. Nessa configuração, o feminismo rejeita o pressuposto de uma inimizade fundamental entre homens e mulheres, insiste na crítica às noções essencialistas que, de modo tão regular, ainda asseguram a ideia de uma suposta “natureza feminina”, atua de modo mais incisivo na área cultural e faz uso das mídias digitais como meio de atuação política,

a partir das quais as feministas patrulham, denunciam, visibilizam e respondem, quase instantaneamente, a toda forma de opressão e silenciamento (Patu; Schrupp, 2019). Nesse cenário, as observações relativas à fala pública ampliam e verticalizam aquelas gestadas anteriormente: o direito ao pleno exercício oratório das mulheres será inegociável, assim como a exigência de sua escuta e, principalmente, o reconhecimento de sua credibilidade. Agora, as mulheres querem não apenas falar e serem ouvidas, mas insistem e exigem que credibilizem aquilo que elas dizem. Além disso, uma vez mais o poder da linguagem dará lastro a nomeação de distintos fenômenos, dentre os quais aqueles que interditam, interrompem e deslegitimam a fala feminina.

Naquilo que concerne à ampliação das exigências em torno da escuta e da validação da fala feminina, tem enorme representatividade o episódio que ocorrera já em 1991. A história é bem conhecida: George W. Bush, então presidente dos Estados Unidos, indica Clarence Thomas, juiz negro conservador, para a Suprema Corte Americana. Durante as audiências em torno da indicação, Thomas é acusado de assédio sexual por Anita Hill, professora e advogada negra, de quem havia sido supervisor na década de 80. A acusação de Hill é, por si só, reverberação daquilo que as feministas haviam feito nos anos 70, ao propor a expressão “assédio sexual” como modo de identificar e visibilizar um tipo particular e recorrente de violência contra as mulheres. Em juízo, Hill relata situações em que Thomas a havia obrigado a ouvi-lo falar sobre pornografia e fantasias sexuais. Além disso, “Ele também a pressionou para sair com ele. Quando recusou, disse ela, ‘ele não quis aceitar minha explicação como válida’ – como se a palavra ‘não’, por si só, não fosse válida” (Solnit, 2017b, p. 142).

É central no acontecimento a luta em torno da validação da palavra feminina. Primeiramente, têm-se a recusa de Thomas em aceitar a negativa de Hill, em função do poder que exercia sobre ela – como homem e como supervisor –, mas principalmente pela certeza de seu silêncio. Conforme as feministas já haviam diagnosticado, o silêncio da mulher agredida é a primeira arma de defesa do agressor. Mas como o silêncio de Hill havia falhado, então era preciso atacar a credibilidade de sua denúncia e garantir que ninguém a estivesse ouvindo. Daí deriva a desconfiança com que foram recebidas as declarações da depoente: a comissão julgadora, inteiramente masculina e branca, orbitava entre o desprezo por aquilo que dizia Hill e a negação de que aquilo pudesse, de fato, ter ocorrido. Uma testemunha chegou a afirmar que a advogada tinha fantasias sexuais com Thomas. Um senador aproveitou para perguntar-lhe: “O senhor acha que existe a possibilidade de que a professora Hill tenha imaginado ou fantasiado que o juiz Thomas disse aquelas coisas que ela o acusa de ter dito?” (Solnit, 2017b, p. 143). Eis, então, dois homens brancos que dialogam entre si e, a partir de seus lugares de poder, bem como de uma concordância que se dá entre iguais, invalidam aquilo que lhes dizia Anita Hill, concluindo então que o assédio não havia acontecido, embora a depoente o tivesse imaginado e até desejado.

Apesar disso, a disseminação das notícias, por meio da cobertura midiática, promoveu toda uma reflexão de gênero no país. É dessa reflexão que emerge, naquele momento, a expressão *I believe you, Anita* (*Eu acredito em você, Anita*), cuja difusão, em diversos meios, inclusive em adesivos de para-choque, visibilizava e fortalecia

aquilo que se tornara reivindicação feminista desde os anos 70: não apenas a nomeação do fenômeno “assédio sexual”, que possibilitava a denúncia da depoente, mas ainda a validação de sua denúncia. A necessidade da expressão difundia a ideia de que creditar a fala feminina era algo revolucionário. Não por acaso, a expressão se torna *slogan* feminista, a investigação se torna paradigma de interrogatório machista e de culpabilização da vítima, e Anita Hill é transformada em símbolo da luta contra o assédio sexual nos Estados Unidos (Solnit, 2017b). Assim, ainda que o Senado tenha confirmado a indicação de Thomas, numa demonstração de que a palavra final do juízo era ainda masculina, é certo que o legado do episódio à luta feminista e, mais particularmente, à luta pela legitimidade da fala feminina, não é pequeno. Mais recentemente, em 2014, um documentário foi lançado com a história de Hill. O enfrentamento que operou do machismo, da branquitude e daqueles que ocupam os lugares de poder, bem como a reivindicação da licitude de sua denúncia, estão ali reforçados desde o título: *Anita: speaking truth to power (Anita: falando a verdade ao poder)* (Anita, 2014).

Mas os discursos que oprimem, coagem e silenciam têm muito mais força, alcance e regularidade do que aqueles que lhes resistem. Não por acaso, mais de duas décadas depois de Anita Hill, o movimento que ficou conhecido como *Me Too (Eu Também)*, fundado pela ativista negra Tarana Burke, desnudaria, uma vez mais e agora com novas ferramentas, o silenciamento imposto à palavra das mulheres, viabilizando, ao mesmo tempo, sua quebra. A história é também conhecida: em outubro de 2017, os jornais *The New York Times* (Kantor; Twohey, 2017) e *The New Yorker* (Farrow, 2017) publicam longas matérias com relatos de dezenas de mulheres que se declaram assediadas, abusadas e até estupradas por Harvey Weinstein, considerado um dos maiores executivos e um dos homens mais poderosos de Hollywood. Na sequência, mais mulheres da indústria cinematográfica, encorajadas pelos relatos, admitem ter passado por experiências semelhantes. Enquanto negava qualquer envolvimento, Weinstein seria demitido de sua própria empresa – *The Weinstein Company* – e expulso de associações profissionais como a Academia de Artes e Ciências Cinematográficas.

Dias depois, a *hashtag #MeToo* seria rapidamente apoiada e difundida no Twitter a partir de uma postagem realizada pela atriz Alyssa Milano, que pedia que as mulheres respondessem com a expressão “Me too” caso também já tivessem sido assediadas ou agredidas sexualmente (Milano, 2017). A postagem de Alyssa foi respondida por meio milhão de mulheres nas primeiras 24 horas. A partir dali a *hashtag* daria vazão a uma avalanche de denúncias contra homens poderosos (do cinema, da mídia, da política, da tecnologia) em diversas partes do mundo, levando, inclusive, à destituição de muitos deles. A profusão e a dimensão dos relatos era a demonstração do medo que permeava as denúncias, de modo que apenas coletivamente as acusações se davam a ver. Mais do que isso: a profusão e a dimensão dos relatos era a demonstração do histórico silenciamento a que estavam submetidas essas mulheres: um silenciamento perpetrado por homens públicos e poderosos que, justamente por isso, detinham o privilégio de definir a realidade e de fazer prevalecer seus argumentos.

O movimento foi eleito personalidade do ano em 2017 pela *Revista Time*, em cuja capa a única frase indicava: *The silence breakers: the voices that launched a movement* (*As rompedoras do silêncio: as vozes que lançaram um movimento*) (Time, 2017). Em 2018, ainda com o movimento em ebulição, a advogada feminista mais famosa dos Estados Unidos, Gloria Allred, afirmava, em entrevista ao jornal *El País*: “as mulheres decidiram acabar com o silêncio” (Sandoval, 2018). É a mesma ideia que aparece nos sites criados em diversas partes do mundo em virtude do movimento. No site brasileiro, por exemplo, a mensagem com que os visitantes são recebidos é a seguinte: “O silêncio acabou. Você não está sozinha(o)! O objetivo do Me Too é ajudar as vítimas a romperem o silêncio” (MeToo, s/d). É contra as formas de silenciamento, portanto, que lutava, e ainda luta, o *Me Too*. É em prol da palavra feminina que o movimento levanta vozes e bandeiras: em prol de sua produção, de sua escuta, de sua licitude. É certo que esse silenciamento não acabou, ainda que o destino de Weinstein tenha sido diferente do destino de Thomas, mas a certeza de sua preservação foi ao menos ameaçada. Mais do que isso: sua preservação é cada vez mais observada, questionada e combatida, de modo que, entre Anita Hill e o *#MeToo*, o feminismo já coleciona uma série de conquistas a esse respeito.

Uma dessas conquistas – para além das questões legais e de todo o debate social que foram formulados nesse ínterim –, são as ferramentas elaboradas e propostas pelo movimento e que têm como pressuposto a ideia de que a linguagem cria o objeto de que fala ou ao menos concorre para sua criação, conforme já o haviam reconhecido as feministas da década de 70. É assim que, concomitantemente à reivindicação do amplo e legítimo exercício oratório das mulheres, o movimento cunhou, nos últimos anos, expressões que diagnosticam, caracterizam e denunciam seu silenciamento. Referimo-nos aqui a expressões como *maninterrupting*, *mansplaining*, *gaslighting* e *bropropriating*.

Por *maninterrupting*, expressão que decorre da junção das palavras inglesas *man* (homem) e *interrupting* (interrompendo), entende-se a prática masculina de interrupção da fala das mulheres e, portanto, de interdição à conclusão de um raciocínio. Uma espécie, assim, de “Cala a boca!”. Por *mansplaining*, expressão que deriva, por sua vez, das palavras *man* (homem) e *explaining* (explicando), alude-se ao comportamento masculino que assalta a fala feminina porque subestima a capacidade de compreensão das mulheres, fazendo com que os homens se sintam instados a explicar-lhes didaticamente questões óbvias ou questões nas quais a interlocutora tem mais conhecimento. Uma forma, portanto, de dizer “Deixa que eu te explico”, atacando a confiança e a autoridade da mulher relativamente àquilo de que ela fala. A expressão *gaslighting*, por seu turno, é inspirada no filme *Gaslight* (*À meia luz*, em sua versão brasileira), de 1944, no qual a protagonista é manipulada por seu marido para acreditar que está enlouquecendo. Tal como proposta pelo movimento feminista, ela alude a uma forma de abuso psicológico a partir do qual os homens reduzem as mulheres à instabilidade emocional, fazendo com que se coloque em xeque a legitimidade e a credibilidade daquilo que enunciam: um modo de dizer “Você está louca”, “Você está exagerando”. O *bropropriating*, por fim, decorre das palavras *bro* (redução de *brother*, isto é, irmão) e *appropriating* (apropriando). O termo refere-se às situações em que

um homem se apropria das ideias já anteriormente expressas por uma mulher e é creditado por isto, deixando entrever que os regimes de escuta são condicionados à credibilidade exclusiva da fala masculina.

Assim, o que as expressões propostas pelo feminismo demonstram é a atualidade da luta pela fala pública das mulheres, na medida em que elas constroem, como fenômenos a serem conhecidos e reconhecidos, as práticas que buscam sua interrupção, sua interdição e sua deslegitimação. Ao mesmo tempo e justamente por isso, são expressões que desestabilizam a regularidade de tais fenômenos, na medida em que desnudam seu funcionamento sistemático, seus modos de atuação, sua naturalização e ainda seus efeitos deletérios, uma vez que, quanto mais claras se tornam as práticas de opressão e de exclusão, maiores passam a ser as possibilidades de seu enfrentamento e a eficácia das operações de sua desconstrução.

Intuito contíguo, por fim, tem a noção de *lugar de fala*, que, no interior do feminismo negro, chama a atenção para a necessidade de se ouvir, naquilo que se diz, as estruturas sociais que atravessam e constituem as coisas ditas: postura que permitiria visibilizar as determinações históricas, silenciadas pela normatização hegemônica, daquilo que dizem as mulheres negras, por exemplo. A noção parte da teoria do ponto de vista feminista, cujo escopo problematiza as experiências historicamente partilhadas por grupos subalternizados, bem como as condições sociais que permitiram a formação de tais grupos e das quais decorreriam os desnivelamentos que os localizam. São essas experiências hierarquizadas que incidiriam nas práticas, nas representações e nos regimes de escuta das vozes negras, uma vez que sua produção seria igualmente subjugada e, por consequência, silenciada. Com isto, a noção de *lugar de fala* problematiza o modo como o silenciamento imposto a esses sujeitos impede sua emancipação e a própria afirmação de sua existência, já que o ato de falar de não se limita à construção de frases e à sua vocalização, mas se estende ao fato de poder existir social e politicamente de modo digno (Ribeiro, 2017).

Assim, reivindicar o direito à fala é reivindicar o direito à própria vida e à própria humanidade. É reivindicar o direito de narrar nossas histórias, de compartilhar nossas experiências e de apresentar nossa verdade sobre nós mesmas, sobre o outro e sobre o mundo. É reivindicar, do mesmo modo, o direito de uma escuta legítima e igualitária, que reconheça a licitude de nossa fala e que auxilie na desconstrução do silenciamento que nos é imputado. É por isso que o feminismo “sempre lutou e continua lutando para nomear e definir, para falar e ser ouvido” (Solnit, 2017b, p. 157), em um enfrentamento das tantas interdições a que estiveram e ainda estão, há tanto tempo, submetidas as mulheres. Assim, se, por um lado, as práticas que buscam o silenciamento fala feminina são regulares, é certo, por outro, que aquelas que lhes resistem se avolumam a cada dia. E o movimento feminista tem tido, desde sua irrupção, papel central nesse enfrentamento, na medida em que proporciona maiores visibilidade, difusão e adesão às suas vozes de resistência e igualdade entre distintos grupos.

Considerações finais

Se considerarmos os movimentos feministas desde sua irrupção e, mais particularmente, o modo como suas reivindicações visibilizaram as interdições impostas à fala das mulheres ao longo de mais de um século, chegamos a uma espécie de rede discursiva, estrategicamente agenciada e fomentada por lugares de poder, cuja fórmula seria a seguinte: “não se pode deixar que as mulheres ocupem os espaços de fala; mas se elas ocuparem, não se pode deixar que falem; mas se elas falarem, não se pode deixar que as ouçam; mas se as ouvirem, não se pode deixar que acreditem naquilo que dizem” (Braga; Piovezani, 2023, p. 57). Não por acaso, é justamente na consideração dessas três instâncias – a produção, a recepção e a credibilidade da fala feminina – que a resistência feminista se organizará: sendo a produção aquilo que se sobressai das emergências do século XIX, a recepção aquilo que se sobressai das transformações de meados do século XX e a credibilidade aquilo que sobressai das diversidades contempladas pelo movimento na passagem entre os séculos XX e XXI.

Com a percepção dessas singularidades, cremos contribuir com o necessário mapeamento de uma luta histórica e estrategicamente travada em torno da fala das mulheres. Uma luta na qual, conforme o vimos, as mulheres operam em uma trincheira dupla: uma trincheira que faz com que não lhes seja suficiente se apresentarem ao debate sobre um determinado tópico, porque às mulheres é ainda necessário que reivindiquem o direito de falar sem serem interrompidas, de fazerem propostas e serem respeitadas em suas proposituras, de serem reconhecidas como pessoas que têm conhecimento sobre aquilo de que falam, que têm condições de contribuir com o debate, que têm ideias coerentes e recursos retóricos para veiculá-las e torná-las dignas de crédito (Solnit, 2017b). É justamente pensando nessa espécie de trincheira dupla que permanece como dever democrático um trabalho que reverta as desigualdades historicamente construídas em torno da fala: um trabalho que visibilize, resista e desconstrua as práticas de silenciamento que negam às mulheres uma existência social e política efetiva e verdadeiramente emancipatória.

Referências

ANITA: speaking truth to power. Direção e produção de Freida Mock. Los Angeles, Samuel Goldwyn Films, 2014. 1 DVD (77 min).

BEARD, Mary. *Mulheres e poder: um manifesto*. Trad. Celina Portocarrero. São Paulo: Planeta do Brasil, 2018.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: fatos e mitos*. 4. ed. Trad. Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão europeia do livro, 1970.

BRAGA, Amanda; PIOVEZANI, Carlos. Discursos sobre a fala feminina no Brasil contemporâneo. *Revista da ABRALIN*, v. 19, n. 1, p. 1 - 19, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.25189/rabralin.v19i1.1694>. Acesso em 10 fev. 2022.

BRAGA, Amanda; PIOVEZANI, Carlos. Quem mandou calar Marielle? Marielle Franco e a luta pela fala feminina. In: BUTTURI Jr., Atílio et al. (org.). *Pandemias discursivas*. Campinas: Pontes, 2022. p. 55-90.

BRAGA, Amanda; PIOVEZANI, Carlos. Fala pública e luta política: a fala feminina na CPI da Covid. In: BUTTURI Jr., Atílio; FERNANDES, Cleudemar Alves; BRAGA, Sandro. (org.). *Cartografias do contemporâneo: crises de governamentalidade?* Campinas: Pontes, 2023. p. 43-64.

COLLINS, Patrícia. Hills; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. Trad. Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2021.

COULOMB-GULLY, Marlène. *Sexisme sur la voix publique: femme, éloquence et politique*. La Tour-D'Aigues: Editions de l'Aube, 2022.

FARROW, Ronan. From aggressive overtures to sexual assault: Harvey Weinstein's accusers tell their stories. *The New Yorker*, 10 out. 2017. Disponível em: <https://www.newyorker.com/news/news-desk/from-aggressive-overtures-to-sexual-assault-harvey-weinsteins-accusers-tell-their-stories>. Acesso em: 09 maio 2022.

FOUCAULT, Michel. Sobre a história da sexualidade. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 22. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 243-276.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de novembro de 1970*. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

GOLDMAN, Emma. *Vivendo minha vida*. Trad. Nils Goran Skare. Curitiba: L. Dopa, 2015.

GOUGES, Olympe de. *Déclaration des droits de la femme et de la citoyenne et autres textes*. Paris: Libretti, 2021.

HOOKS, bell. *E eu não sou uma mulher? Mulheres negras e feminismo*. Trad. Bhuvi Libanio. 5. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2020.

KANTOR, Jodi; TWOHEY, Megan. Harvey Weinstein paid off sexual harassment accusers for decades. *The New York Times*, 05 out. 2017. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2017/10/05/us/harvey-weinstein-harassment-allegations.html>. Acesso em: 09 maio 2022.

LORDE, Audre. A transformação do silêncio em linguagem e ação. In: LORDE, A. *Irmã outsider*. Trad. Stephanie Borges. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

MILANO, Alyssa. @Alyssa_Milano. 15 out. 2017, 15:21 PM. Disponível em: https://twitter.com/Alyssa_Milano/status/919659438700670976?s=20&t=nuQL9_6jULhyJD7OPj6GyQ. Acesso em: 10 maio 2022.

METOO Brasil. Disponível em: <https://metoobrasil.org.br/>. Acesso em: 10 maio 2022.

PATU; SCHRUPP, Antje. *Uma breve história do feminismo no contexto euro-americano*. Trad. Eline Alves Kraus. São Paulo: Blucher, 2019.

PERROT, Michelle. *Mulheres públicas*. Trad. Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Trad. Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 2005.

RÉGNIER-BOHLER, Danielle. Vozes literárias, vozes místicas. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. (Dir.). *História das mulheres no Ocidente*. Vol. 2: a Idade Média. Porto: Edições Afrontamento; São Paulo: Ebradil, 1990. p. 517-591.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

SANDOVAL, Pablo Ximénez de. MeToo, ano 1: como as mulheres perderam o medo. *El País*, 05 out. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/04/actualidad/1538678547_217451.html. Acesso em: 10 maio 2022.

SÓFOCLES. *Antígona*. Trad. Sueli Maria de Regino. São Paulo: Martins Claret, 2014.

SOLNIT, Rebecca. *A mãe de todas as perguntas: reflexões sobre os novos feminismos*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2017a.

SOLNIT, Rebecca. *Os homens explicam tudo pra mim*. Trad. Isa Mara Lando. São Paulo: Cultrix, 2017b.

TIME: person of the year 2017. 2017. Disponível em: <https://time.com/time-person-of-the-year-2017-silence-breakers/>. Acesso em: 10 maio 2022.

Recebido em 10/09/2024.

Aceito em 19/11/2024.